

NOTA DA OLPN (ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO) - CAMPINAS /SP/BR

NEGROS E NEGRAS, reunidos(as) em Campinas/SP, nos dias 25 e 26 de julho de 2015, após o lançamento em SP da campanha pela Reparação Histórica e Humanitária aos Povos Negro e Originários em decorrência dos crimes de lesa humanidade cometidos contra esses povos através do Tráfico Transatlântico, escravização, genocídio e a permanência de seus efeitos ao longo de 515 anos de História de uma Nação inconclusa.

A campanha se dará através da coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular, que estará vinculado às expressões atuais de resistência dos Povos Negro e Originários à Colonização interna, que procura consolidar o esbulho dos Povos Originários e Negro, bem como seu Genocídio.

O recrudescimento do Racismo, expresso institucionalmente nas três esferas de Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e na hipocrisia reinante na Sociedade, que se cala ante a infâmia Racista recorrente, cuja expressão maior é o aterrador fato de 35.000 jovens negros, na faixa etária de 14 à 29 anos, vítimas de homicídio por ano no Brasil.

Não satisfeitos e aprofundando o estigma que nos transforma em uma ameaça e nos criminaliza, tudo se justifica; aos que sobrevivem à matança resta o encarceramento, não têm sequer o Direito de existir, conforme expresso em viva voz pelo relator da PEC 171, da redução da maioria penal que em homenagem aos carrascos Nazistas e à ideologia Colonial Eugênica, perante o Jornal The Guardian, proferiu o seguinte comentário:

“Um dia, chegaremos a um estágio em que será possível determinar se um bebê, ainda no útero, tem tendências à criminalidade, e se sim, a mãe não terá permissão para dar à luz”, disse Laerte Bessa (PR-DF) ao jornal inglês The Guardian”. - 21/ 07/ 2015

A confissão escancarada de um crime, sem qualquer consequência contra o autor, bem como o do Judiciário, com a absolvição dos PMS autores da chacina no Cabula em Salvador - Bahia, como em muitos outros casos, reforçam o estigma e sinalizam para nós negros que a Justiça não existe, e que o Estado Democrático de Direito uma fantasia, ou uma piada de mau gosto.

Desterritorializados, com nosso pertencimento sequestrado, amontoados nas periferias e favelas, senzalas modernas, sob forte vigilância das forças policiais, única “política pública” eficaz de Estado, caminhando com uma legião de mortos, banhados em um mar de sangue e lágrimas que somente nós enxugamos e choramos , chegou a hora , mais do que tardia, de se estancar a matança.

Nesse sentido, a campanha pela reparação se vincula às lutas concretas de nosso Povo pela garantia da titulação e demarcação dos Territórios Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Povos Originários, resistindo contra os ataques do Racismo Institucional sintetizados através de medidas legislativas como a PEC 215/2000, ADI 3239 de 2004, PL 31/2015 (RS) entre outras. Vincula-se também à resistência do Povo de Terreiro contra os ataques

que os mesmos vêm sofrendo, com depredação de Terreiros, ataques físicos , como o apedrejamento de uma criança de 10 anos adepta do Candomblé , projetos de Lei que criminalizam asacralização dos animais, bem como uma campanha permanente de desmoralização feita por setores evangélicos , além da luta pela implementação da Lei 10639/2003 ,ou seja, contra o Racismo/Genocídio e pela construção do Projeto Político do Povo Negro para o Brasil.

Reiteramos que não existe integração possível sem que, com isso , nos tornemos coniventes com os nossos carrascos, alertamos e denunciemos que não estamos a negociar sobre a desgraça imposta aos Povos. Romper com a tentativa de tutela, que nos transforma em População, e assumirmos o nosso protagonismo enquanto POVO NEGRO é o chamado e desafio que a história nos impõe e que a campanha pela Reparação é uma ferramenta de fundamental importância.

Campinas, 26 de julho de 2015.

REPARAÇÃO JÁ.

Assinam:

Márcio do Carmo/HC

Margarida Barbosa/Caism

Kiko/FE

Reginaldo Bispo – ex-funcionário em processo de reintegração ao trabalho